



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

209

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288631-5**

**APELANTE: WESCLEY PATRICK SORES DA SILVA**

**APELADO: AGP TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA DO BRASIL E OUTRO**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDE-  
NIZATÓRIA DECORRENTE DE DANOS MORAIS COM  
PEDIDO ANTECIPATÓRIO DE TUTELA. COMPROVAÇÃO  
DO DANO MORAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA  
DOS FORNECEDORES. APELO PROVIDO.**

Na presente demanda, verifica-se a comprovação do dano mo-  
ral, haja vista que um produto adquirido com defeito frustra a  
expectativa do consumidor no tocante ao regular uso, gozo e  
fruição do bem adquirido pelo mesmo. Além do descaso do fa-  
bricante quanto à solução do problema, pois, o recorrido, antes  
de procurar o Judiciário, recorreu a solucionar administrativa-  
mente junto às empresas apeladas o que não logrou êxito.

Assim, entendendo configurado o dano moral suportado pelo ape-  
lante, razão pela qual, condeno as empresas apelantes ao pa-  
gamento de danos morais no importe de R\$ 1.500,00 (um mil  
quinhentos reais), para cada uma, totalizando o valor de R\$  
3.000,00 (três mil reais), incidindo sobre a condenação juros  
de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, a-  
lém da correção monetária a partir da fixação do valor da con-  
denação até o efetivo pagamento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nos autos da Apelação Cível, em  
que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a  
Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de  
votos, **dar provimento** ao presente recurso de apelação, tudo nos termos dos  
votos da turma.

É como voto.

Recife, 19 de Out. de 2012.

**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

209  
6

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288631-5**

**APELANTE: WESCLEY PATRICK SOARES DA SILVA**

**APELADO: AGP TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA DO BRASIL E OUTRO**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório da sentença de fls. 143v./144v.

Trata-se de apelação cível interposta contra sentença prolatada pelo MM Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns, que nos autos da Ação Indenizatória Decorrente de Danos Morais com Pedido Antecipatório de Tutela, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na exordial, com fulcro no art. 269, I, do CPC, condenando as empresas ora apeladas a procederem com a imediação devolução do valor pago pelo bem, cujo importe é de R\$ 1.236,21 (um mil duzentos e trinta e seis reais, e vinte um centavos), mais o frete no valor de R\$ 131,44 (cento e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), devidamente corrigido e atualizado monetariamente, este a partir da sentença e incidindo juros a partir da citação.

Condenou, ainda, os apelados ao pagamento dos honorários advocatícios, estes na base de 15% sobre o valor integral do débito.

Insatisfeito com o *decisum* de 1º grau, o apelante interpôs recurso de apelação (razões de fls. 147/152), alegando que a situação suportada por ele deve ser caracterizada como danos morais, uma vez que a frustração e impotência são sentimentos que o acompanham até o presente momento, por não poder utilizar o bem adquirido com tanto esforço, sentimento este bem diverso de mero aborrecimento. Requer a procedência total do pedido inicial, com a condenação das empresas ao pagamento dos danos morais por ele sofrido.

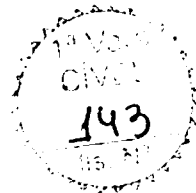
Apresentadas contrarrazões às fls.156/195, pugnando pela manutenção da sentença

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 30 de outubro de 2012.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



Processo nº 4537-31.2011.8.17.0640

1ª Vara Cível

Comarca de Garanhuns

Ação Indenizatória Decorrente de Danos Morais com Pedido Antecipatório de Tutela

Demandante: Wescley Patrick Soares da Silva

Advogado: Dr. Wdson Pyerre OAB/PE nº 28.017

Demandado: RF da Purificação – ME (Multistock) e ACER DO BRASIL LTDA

**SENTENÇA.**

Vistos, etc...

**Wescley Patrick Soares da Silva**, bastante individuado e representado pelo advogado signatário da peça de ingresso, propõe perante este juízo **Ação Indenizatória Decorrente de Danos Morais com Pedido Antecipatório de Tutela**, em face dos Demandados **RF da Purificação – ME (Multistock) e ACER DO BRASIL LTDA**, estando todos igualmente qualificados, afirmando, em síntese, o seguinte:

Que, em data de 27/06/2011, realizou a compra de um notebook Acer 5552-5664 Phenom II Triple-Core 2.1GHz/ \$Gb RAM/ HD 500GB / DVDRW/ Tela 15.6", da marca ACER, no endereço virtual da Primeira Demandada **Multistock**, no valor de R\$ 1.236,21 (Hum mil duzentos e vinte e três reais e vinte e um centavos) + frete no valor de R\$ 131,44 (Cento e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme nota fiscal eletrônica anexa. Contudo, ao receber o produto no dia 01/07/2011, o autor verificou que o mesmo veio com a tela de LCD danificada, sendo inservível para uso.

Que no dia seguinte, 02/07/2011, entrou em contato com a primeira Demandada **Multistock** para saber qual o procedimento que deveria seguir para efetuar a troca do aparelho danificado; e que tais contatos perduraram até o daí 30/07/2011 sem que o problema fosse resolvido pela Demandada.

Segue afirmando que, por não lograr êxito nos contatos com a primeira Demandada, acionou a segunda Demandada **ACER DO BRASIL** tendo recebido desta a informação de que não era de sua responsabilidade, haja vista que o aparelho foi enviado pela revendedora **Multistock** e, portanto, a resolução do problema caberia a esta.

Novamente o Autor, objetivando a solução administrativa do impasse, entrou em contato com a Demandada **Multistock** e em comum acordo enviou o aparelho para seu estabelecimento, via sedex a cobrar, no dia 07/07/2011, pois as colaboradoras (atendentes) da referida empresa informaram que a mesma mantinha um convênio com as agências dos Correios.

Segue afirmando que ao chegar o sedex na agência dos Correios em Guarulhos – SP, a empresa Demandada não retirou o mesmo para efetuar a troca, tendo o objeto permanecido 09 (nove) dias na referida

agência e, posteriormente, devolvido ao Autor/Remetente, em data de 29/07/2011.

Por fim, aduz que adquiriu o equipamento – Notebook – para fins de estudo, visto que se encontra cursando faculdade com aulas na modalidade telepresencial, sendo estas transmitidas via internet, tendo que se deslocar a uma “lan house” e confeccionar seus trabalhos, além de sentir-se indignado com o total descaso das Demandadas para com ele, enquanto consumidor; sendo estes os motivos pelos quais ajuizou a presente demanda.

Regularmente citada, a Demandada **ACER DO BRASIL** apresentou contestação às fls. 55/66, alegando, em breve síntese, preliminarmente a inexistência de interesse de agir, visto que o Requerente não teria encaminhado o aparelho eletrônico a uma Assistência Técnica Autorizada para tentar sanar o vício no prazo legal de 30 (trinta) dias, visto que estava objetivando o enriquecimento fácil, tentando locupletar-se da própria torpeza; tendo, quanto à matéria de mérito, reafirmado os termos da preliminar, alegando que em nenhum momento foi acionada para reparar o produto, bem como apresentou proposta de acordo no seguinte sentido: de o Reclamante abrir novo chamado para análise do produto e, não sendo detectado mau uso, ou perda da garantia, ocorrerá o reparo do produto sem ônus para o consumidor.

Regularmente citada, a segunda Demandada, **RF DA PURIFICAÇÃO ME (Multistock)** apresentou contestação às fls. 104/125, alegando, em breve síntese, que o Requerente não teria enviado o produto para que a demandada procedesse ao devido reparo e, desta forma, não teria como ser responsabilizada face à negligência do Demandante; alegou, por fim, que caso o Juízo entenda pela existência do dano que este seja arbitrado com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Houve réplica (fls. 129/133), onde foram reiterados todos os termos da inicial.

Realizada audiência preliminar de conciliação (fl. 139), a parte autora não aceitou a proposta de acordo apresentada pela Demandada **ACER DO BRASIL** que consistia na remessa do aparelho para Assistência Técnica Autorizada. O autor apresentou contraproposta no sentido de receber o valor despendido pela compra do aparelho objeto da presente lide, devidamente corrigido, atualizado, mais um valor relativo aos danos morais sofridos. Todavia, as empresas Demandadas não aceitaram a referida contraproposta.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, no essencial. Decido.

Ao proferir o saneador, que não sofreu irresignação, entende este juízo não haver mais controvérsia quanto aos fatos nucleares da demanda, restando apenas o deslinde das questões de direito, desprezando a realização de audiência para a produção de prova oral ao constar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento, motivo pelo qual promovo seu julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil.



Quanto ao mérito acolho, em parte, os argumentos do Autor, sujeito ao Código de Defesa do Consumidor e beneficiário da prerrogativa da inversão do ônus da prova.

Levanta o Demandante que ao receber o aparelho eletrônico em seu endereço residencial o mesmo veio danificado e, objetivando a solução amigável, contactou as empresas ora Demandadas, fazendo prova nos autos por meio da documentação acostada à peça de ingresso, notadamente os comprovantes de pagamento dos SEDEX, por meio dos quais procedeu ao envio do aparelho danificado para a empresa Demandada Multistock. Todavia, conforme consta nos autos às fls. 32/34, o aparelho foi devolvido pelos Correios ao remetente – ora Autor, não tendo a Demandada acima mencionada se dignado a retirar o mesmo da referida agência a fim de providenciar o conserto. Desta forma, não merece prosperar a alegação da Demandada Multistock de que o produto não teria sido enviado, fato este que já restou devidamente comprovado.

Por sua vez, a Demandada ACER DO BRASIL, que é a fabricante do aparelho Notebook em questão, contactou o Autor, nos termos do e-mail acostado à fl. 41, tentando eximir-se da responsabilidade, alegando que por não ter enviado o equipamento, estaria isenta de qualquer dever de reparação.

Contudo, o Código de Defesa do Consumidor, em seu Artigo 18, caput, c/c o parágrafo 1º, do mesmo dispositivo, prevê a **RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS FORNECEDORES** de produtos de consumo duráveis pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas e, não sendo o mesmo sanado no prazo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor solicitar, alternativamente, a substituição do produto, a restituição do valor pago, monetariamente atualizado, sem prejuízos de perdas e danos ou o abatimento proporcional do preço.

Por sua vez, o Artigo 3º do mesmo diploma legal – CDC – consta que “Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica (...) que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços” (grifo nosso).

Assim, sendo, resta evidente o dever de ambas as Demandadas responderem solidariamente pelos danos causados ao Autor, com fundamento nos artigos acima mencionados, que efetuou a compra de um bem durável no dia 27/06/2011, ou seja, há mais de 1 (um) ano e ainda não pôde utilizar o aludido produto.

Por fim, no que tange ao dano moral ao Autor, entendo pela sua inexistência, sendo a situação fática narrada na exordial considerada causadora de mero aborrecimento e irritação, não sendo por si só capaz de caracterizar o dano moral, atingindo-lhe em seus aspectos mais íntimos, como sua imagem e honra perante si ou perante a coletividade.

Diante do exposto e no mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente o pedido inaugural com fundamento na dicção do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil para condenar as empresas ora Demandadas a procederem com a imediata devolução do valor pago pelo bem,

cujo importe é de R\$ 1.236,21 (Hum mil duzentos e vinte e três reais e vinte e um centavos) + o frete no valor de R\$ 131,44 (Cento e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), devidamente corrigido e atualizado monetariamente, este a partir da sentença e incidindo juros a partir da citação, ao Autor **Wesley Patrick Soares da Silva**, inscrito sob o CPF/MF de nº 028.586.634-67.

Condeno, ainda, os Requeridos ao pagamento dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor integral do débito.

Sem custas, em virtude do Autor residir em juízo por meio da justiça gratuita (fl. 11).

Publique-se, registre-se, intimem-se e, tão logo este pronunciamento judicial seja alcançado pelo manto da coisa julgada, devidamente certificado, aguarde-se na Secretaria da Vara a iniciativa da parte interessada.

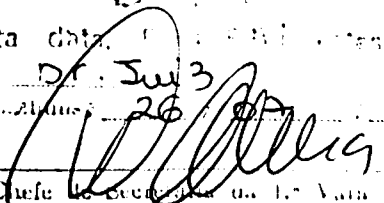
Garanhuns, 24 de Julho de 2012.

a)   
- Juiz de Direito -

Heloísa Fernanda da Silva Santos  
- Assessora Jurídica voluntária -

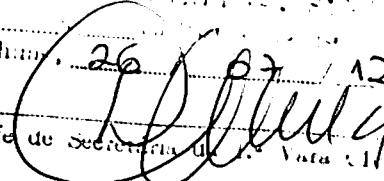
DATA

Nesta data, foram expedidos Autos  
do nº 07 / 2012  
Garantidos 26 / 07 / 12

  
Chefe de Secretaria da 1ª Vara Civil

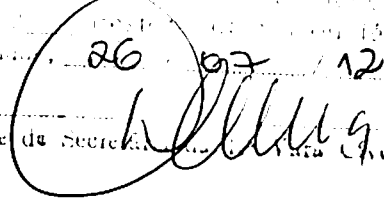
REGISTRO DE SENTENÇA

Certifico que RECEBI a SENTENÇA  
das fls. 01 a 03  
Garantidos 26 / 07 / 12

  
Chefe de Secretaria da 1ª Vara Civil

PUBLICAÇÃO

Nesta data, foram expedidos Autos  
do nº 07 / 2012  
Garantidos 26 / 07 / 12

  
Chefe de Secretaria da 1ª Vara Civil



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Fernando Martins.*

910  
0

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288631-5**

**APELANTE: WESCLEY PATRICK SOARES DA SILVA**

**APELADO: AGP TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA DO BRASIL E OUTRO**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**VOTO**

Cuida-se o feito originário, de Ação Indenizatória Decorrente de Danos Morais Com Pedido Antecipatório de Tutela, proposta por Wescley Patrick Soares da Silva, contra RF DA PURIFICAÇÃO - ME (Multistock) e ACER DO BRASIL LTDA.

No petítório inicial alegou o apelante que em data de 27/06/2011, realizou a compra de um notebook Acer 5552-5664 Phenom II Tríplice- Core 2.1GHz/ 4Gb RAM/HD 500GB/DVDRW/ Tela 15.6", marca ACER, no endereço virtual da Primeira Apelada Multistock. Levanta o apelante que ao receber o aparelho eletrônico em seu endereço residencial o mesmo veio danificado e, objetivando a solução amigável, contatou as empresas ora apeladas, fazendo prova nos autos por meio de documentação acostada, peça de ingresso, notadamente, os comprovantes de pagamento dos SEDEX, por meio dos quais procedeu ao envio do aparelho danificado para a empresa apelada Multistock. Todavia conforme consta nos autos às fls. 32/34, o aparelho foi devolvido pelos Correios ao remetente - ora apelante, não tendo a empresa apelada se dignado a retirar o mesmo da referida agencia a fim de providenciar o conserto.

Na presente demanda, verifica-se a comprovação do dano moral, haja vista que um produto adquirido com defeito frustra a expectativa do consumidor no tocante ao regular uso, gozo e fruição do bem adquirido pelo mesmo. Além do descaso do fabricante quanto à solução do problema, pois, o recorrido, antes de procurar o Judiciário recorreu ao solucionar administrativa-mente junto às empresas apeladas o que não logrou êxito. Contudo, o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18º c/c o parágrafo 1º, do mesmo dispositivo prevê a RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS FORNECEDORES, conforme dispõe o artigo 18, §1º, do CDC.

**Art. 18.** Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou

mfg

α



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

2110

não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

(...)

Neste sentido: **AC nº 9206319-66.2008.8.26.0000, Trigésima Câmara Cível do TJSP, Rel. Andrade Neto, DJ. 29.02.2012; AC nº 70042010413, Nona Câmara Cível, do TJRS, Rel. Marilene Bonzanini Bernardi, DJ. 20/07/2011; AC nº 2009.001.64802, Vigésima Câmara Cível do TJRJ, Rel. Dês. Conceição A. Mousnier, DJ 21.01.2010.**

Na leitura dos autos, vislumbro que a situação do recorrente foi mais grave, vez que as empresas NEGARAM-SE a receber o produto, ou para troca ou assistência, deixando o consumidor numa situação de total impotência.

Assim, entendo configurado o dano moral suportado pelo apelante, razão pela qual, condeno as empresas apelantes ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 5.500,00 (cinco mil quinhentos reais), para cada uma, totalizando o valor de R\$ 11.000,00 (doze mil reais), incidindo sobre a condenação juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, além da correção monetária a partir da fixação do valor da condenação até o efetivo pagamento.

Ante o exposto, **dou provimento ao apelo, para reformar a sentença, quanto ao pagamento dos danos morais, e mantendo-a nos demais termos.**

É como voto.

Recife, 14 de Out de 2012.3

**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**





**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. Patriota Malta*

**Apelação Cível nº 0288631-5**  
**Relator Des. Fernando Martins**

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de recurso interposto contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado por Wescley Patrick Soares da Silva, que condenou as empresas Multistock e Acer do Brasil Ltda. a procederem à imediata devolução do valor pago pelo bem adquirido (notebook), no importe de R\$ 1.236,21.

Recorre o autor requerendo a reforma parcial da sentença, no que tange a condenação pelos danos morais perseguidos.

Diante do caso, em que o produto foi entregue com defeito, sem que os fornecedores se prestassem, sequer, a receber o bem para fazer a devida reparação, mostra-se devida a condenação em danos morais.

Assim, dou provimento ao recurso, no sentido de condenar cada um dos recorridos no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de danos morais.

**É COMO VOTO.**

- Recife, 19/12/2013.